

O Adolescente, Tráfico de Drogas e Função Paterna

The Teen, Drug Trafficking and the Function Paterna

El Adolescente, Tráfico de Drogas y Función Paterna

Nelson Pedro Silva*
nelsonp1@terra.com.br
Renata Cristina Graner-Araújo**
renata.graner@londrina.pr.gov.br

Resumo

O envolvimento de adolescentes como trabalhadores no tráfico de drogas ilícitas têm aumentado nas últimas décadas, no Brasil, e quiçá no mundo, tornando-os vítimas e igualmente autores de ações violentas relacionadas a essa atividade. Diante do exposto, realizamos pesquisa – de que ora apresentamos alguns resultados, no presente artigo – sobre tais sujeitos. Basicamente, tivemos a pretensão de compreender se eles tiveram, ao longo de sua história, referências de autoridade que contribuíram para a sua entrada nesse ramo. Os adolescentes escolhidos foram os pertencentes às camadas sociais de baixa renda e que trabalhavam no tráfico. Realizamos entrevistas/conversas com tais sujeitos e as analisamos conforme a perspectiva da psicanálise extramuros. Concluímos que, para eles, tal atividade é um dos caminhos possíveis, em nossa sociedade, para conquistarem reconhecimento social e sentimento de pertença ao mundo adulto e à sociedade de consumidores.

Palavras-chave

Adolescentes, Tráfico de Drogas, Trabalho Infanto-juvenil, Autoridade, Função Paterna.

Abstract

The involvement of adolescents as workers in the trafficking of illicit drugs has increased in recent decades in Brazil, and perhaps the world, making them also victims and perpetrators of violent acts related to this activity. Given the above, we conducted research – that now present some results in this article – on such subjects. Basically, we pretend to understand if they had, throughout its history, references to the authority that

*Psicólogo, Mestre em Psicologia da Educação e Doutor em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano. Docente do Departamento de Psicologia Evolutiva, Social e Escolar, Faculdade de Ciências e Letras, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Assis, SP – Brasil.

**Psicóloga, Mestre em Psicologia pela Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Assis, SP – Brasil.

Silva, Nelson Pedro & – Graner-Araújo, Renata Cristina. (2011). O Adolescente, Tráfico de Drogas e Função Paterna. *Psicologia Política*, 11(21), 141-158.

contributed to its entry in that class. The teens were chosen social stratum of low income and working on trafficking. We conducted interviews / conversations with these individuals and analyzed according to the perspective of psychoanalysis extramural. We conclude that, for them, such activity is a possible route in our society, to gain social recognition and feeling of belonging to the adult world and the society of consumers.

Keywords

Adolescents, Drug Trafficking, Child Labor, Authority, Paternal Function.

Resumen

La participación de los jóvenes trabajadores en el tráfico de drogas ilícitas se ha incrementado en las últimas décadas en Brasil, y quizás del mundo, haciendo que ellos también las víctimas y perpetradores de actos violentos relacionados con esta actividad. Dado lo anterior, se realizó la encuesta – que ahora presentamos los resultados en este artículo – sobre esos temas. Básicamente, se pretende comprender si había, a lo largo de su historia, las referencias a la autoridad que contribuyeron a su entrada en esa clase. Los jóvenes fueron elegidos estrato social de bajos ingresos y de trabajo sobre la trata. Llevamos a cabo entrevistas y conversación con estas personas y analizados según la perspectiva del psicoanálisis extramuros. Se concluye que, para ellos, ese tipo de actividad es una ruta posible en nuestra sociedad, para lograr el reconocimiento social y sentimiento de pertenencia al mundo adulto y la sociedad de consumo

Palabras clave

Adolescentes, Tráfico de Drogas, Trabajo de Menores, Autoridad, Función Paterna.

Introdução e Justificativas

Como se processa, na constituição subjetiva, o trabalho dos adolescentes no tráfico de drogas?

Começamos a fazer a referida indagação a partir de 2004, quando iniciamos trabalho psicológico com comunidades desfavorecidas economicamente, numa cidade de médio porte, localizada na Região Sul do Brasil. Em tal ocasião, observamos que amiúde as crianças exerciam a função de *campana*, isto é, avisavam sobre a aproximação de policiais. Diante disso, a nossa indagação foi-se tornando mais incisiva, à medida que os traficantes estavam arregimentando crianças cada vez com menos idade e, como efeito colateral, os projetos socioeducativos estavam “perdendo campo” para o tráfico.

Outro motivo decorreu de dados obtidos junto a organizações dedicadas à análise do trabalho infanto-juvenil. Entre 1980 e 2000, a 2ª Vara da Infância e Juventude do Rio de Janeiro apontou que houve um aumento de 1.340% de delitos ligados ao tráfico, feitos por crianças e adolescentes. Em 2002, um estudo encomendado pela *Organização Internacional do Trabalho* – OIT, em mais de 19 países (entre os quais o Brasil), verificou que o ingresso de tais sujeitos no tráfico estava se dando cada vez mais precocemente, pois, dos 120 entrevistados, 2,5% tinham começado a trabalhar nesse ramo com oito anos de idade, enquanto cerca de 70,0%, antes dos 14 anos.

A organização *Children in Organized Armed Violence*, em 2005, também constatou que o tráfico estava tornando vítimas e agentes de violência, justamente, crianças e jovens. De acordo com esse organismo, o número de mortes chegou a ser maior no Rio de Janeiro do que no conflito entre judeus e palestinos, no período de 1987 a 2001. Neste, 467 crianças foram mortas, enquanto as infantes vítimas da violência no Estado fluminense chegaram a 3937.

Especificamente quanto ao município estudado, entre 2003 e 2006, houve um aumento de 350% de jovens que foram “condenados” a cumprir medida socioeducativa, por envolvimento com o tráfico. Somam-se a isso as pesquisas de Cruz Neto (2001), Guimarães (2005), Souza & Silva (2006), as quais constataram que o jovem traficante apresenta, em média, quatro anos de estudo, tendo quase todos já se evadido da escola.

Quanto ao mercado de trabalho, este não consegue absorver a demanda de adultos economicamente ativos, os quais são os responsáveis pelos jovens, devendo-lhes fornecer sustento. Sem contar que muitos dos jovens, aptos para o trabalho, também estavam desempregados (Cruz Neto, 2001; Guimarães, 2005; Souza, 2005; Souza e Silva, 2006).

Observamos, ainda, a existência de poucas pesquisas psicológicas sobre o assunto. Entre elas, encontramos a de Violante (1982), realizada com internos da FEBEM, quando eram liberados para trabalhar e/ou estudar, fora da instituição. Verificou que a intervenção era basicamente de cunho repressor, pois se acreditava como certa a transformação de tais jovens em criminosos.

Guimarães (2005) trabalhou com adultos, também em regime de internação por tráfico, a fim de conhecer como interpretaram suas experiências e o modo como estruturaram suas relações interpessoais. Ele notou que a violência era utilizada como forma de se resolver os conflitos, além de se evidenciar serem problemáticas as relações com o Estado e a polícia.

Contudo, foi a pesquisa de Feffermann (2006) a que mais se assemelhou à presente investigação. A estudiosa buscou obter uma visão do tráfico, por meio da escuta de jovens inseridos nesse ramo. Concluiu que eles buscavam proteção no mundo do crime e viviam em uma

espécie de “inclusão” degradante na sociedade consumista, a qual os estigmatizava e lhes fabricava uma identidade “marginal”.

Vale citar, ainda, o estudo de Toledo (2006), o qual constatou que a taxa de jovens autores de ato infracional, no Estado de São Paulo, teve o seu maior aumento entre 1985 e 1995. Tal aspecto o levou a avaliar que a situação atual do Brasil em relação ao aumento do número de adolescentes em conflito com a lei é fruto dos fatos ocorridos nessas duas décadas, sobretudo das elevadas taxas de desemprego entre indivíduos das camadas populares.

Diante desse quadro, faremos a seguir alguns apontamentos, a fim de esclarecer nossa visão sobre a constituição subjetiva dos jovens e a possível ligação que ela pode ter para o envolvimento desse público com o tráfico. Isso não quer dizer que desconsideramos a influência de outras variáveis, como a do desemprego.

1. Apontamentos Teóricos

Ao nascer, a criança precisa ser submetida a um processo educativo. Somente assim ela, provavelmente, agirá de acordo com os valores da sua cultura (será um sujeito). Em outros termos, é necessário que ela entre no campo do simbólico e do imaginário.

O campo simbólico constitui tudo aquilo que dá sentido à vida do sujeito. Ruffino (1993:26-27) ressalta que tal campo

[...] produz, determina, sustenta e altera a subjetividade humana de modo constitutivo. Ao incidir sobre o sujeito, se inscreve no inconsciente, sob a forma e com a modalidade de funcionamento do significante; [...] interpõe, semelhante a um pacto, em posição de terceiro, como mediação regularizadora, entre o sujeito e tudo aquilo com que ele se confronta; [...] se apresenta como Lei – ao mesmo tempo exigente e interdutora, mas também possibilitadora – para a sustentação da subjetividade e da comunidade humanas.

Dessa maneira, os representantes das funções parentais procuram fazer com que a criança se inscreva no campo simbólico. Trata-se de esta se apropriar dos significantes que circulam ao seu redor, isto é, de um modo único do que falam sobre ela e para ela. Situando-se nessa cadeia de significantes, poderá tornar-se sujeito, com suas próprias referências simbólicas.

Quem faz tal função parental, para a criança, é geralmente quem a introduz na ordem simbólica. Os sentidos atribuídos por essa pessoa às ações do bebê vão fazendo as marcações do simbólico que esse sujeito levará para toda a vida. Exemplo: isso pode acontecer, quando se fala que o bebê é preguiçoso, porque bocejou. O termo “preguiçoso” é uma marca simbólica, a qual poderá acompanhar a criança por toda a vida. Pode-se dizer, assim, que o bebê ganha sua primeira identidade.

Em geral, será quem faz também a função materna que suprirá os imperativos fisiológicos e psíquicos da criança. Assim, mais do que alimentá-la, fazer sua higiene e protegê-la, quem está nessa posição a acolherá, buscando fazer com que ela se sinta segura e contida. Ainda lhe oferecerá seu olhar e sua voz, para lhe conferir, aos poucos, autonomia (Rassial, 1999).

Nesse papel, segundo Infante (1999), há mais um aspecto: o de antecipar a ação do bebê, de acreditar que ele terá determinada atitude, apostar que ali já existe um sujeito. Em decorrência, quem faz a função materna deve estar presente com seu mundo psíquico, pois assim se relacionará com a criança, supondo que ali há uma pessoa capaz de compreender ou de se

beneficiar com o que está fazendo; interpretará as expressões do bebê como resposta ao que fala e, desse modo, o estimulará a se relacionar, contribuindo com a formação de sua *psique*. Com o passar do tempo, é necessário que essa pessoa venha a introduzir algumas regras para o *infans*, como a regulação do horário de sono e o de mamadas. Por isso, ao fazer a função materna, também realiza a paterna, outro aspecto vital à constituição subjetiva.

Tudo isso só poderá ser materializado, porém, se quem está nesse lugar tenha internalizado os valores da sua cultura, sobretudo os da sua família e da sua comunidade, isto é, que tenha instaurado a *metáfora paterna* (Dor, 1991). Mediante a presença dessa translação, é possível iniciar outros processos necessários à constituição subjetiva: a separação mãe-bebê e a interdição do incesto, uma vez que quem assume a função materna deve se ver também marcado pela falta, já que só assim educará a criança para entregá-la ao mundo. A castração, nesse sentido, beneficiará a ambos, sobretudo ao bebê, pois somente ao separar-se da mãe poderá sentir sua falta e, ato contínuo, reivindicar sua presença. Em outros termos, só poderá desejar algo e comunicar-se apenas pela ausência, arriscando balbucios que o inserirão no campo da linguagem. Desse modo, para um bebê se tornar sujeito, necessitará das funções materna e paterna, independentemente de elas serem feitas por seus pais biológicos.

Dor (1991) ressalta que o *Pai simbólico* é o *representante da lei*, é aquele que, apenas com a autorização da pessoa que faz função materna (a qual, passaremos a chamar de mãe), poderá interditar a relação fusional entre ela e o bebê; portanto, é relevante a palavra da mãe para a concepção de *função paterna* na família.

Quanto à dimensão imaginária, por exemplo, quando as pessoas imaginam um pai, veem comumente aquela figura autoritária e indesejada de outrora. Por causa disso, as mães acabam tendo dificuldades, até mesmo no discurso, em sustentar a autoridade, seja do homem da realidade, seja a dos representantes do poder público, e inclusive a sua própria, isto é, a de que ela é a responsável pela *função paterna*.

Informamos que o termo *função paterna* é utilizado nas produções de Lacan (1964/1998) e representa um primeiro estranho, um terceiro, uma alteridade na relação da criança com a mãe. É da categoria do significante. Por isso, ninguém pode encarná-la sem a anuência de quem faz a *função materna*. É fundamental para a constituição subjetiva, pois – ao fazer o corte – impõe uma Lei, promove a renúncia ao engodo de completude, fazendo ascender o sujeito.

Advertimos que a mãe precisa mostrar-se submetida a alguma autoridade e a algum saber maior do que ela mesma, representante do pai simbólico. Se não for o pai imaginário, ela terá que sustentar a *função paterna* em outra instância, como um trabalho ou até uma lei que ela julga válida. O importante é que ela esteja sujeita a algo além da relação mãe-bebê.

Cabe reproduzir aqui algumas considerações feitas por Pellegrino (1987:168) acerca da relação do ser humano com a Lei. Esclarecemos que ele se refere aqui à “Lei primordial, que marca a passagem – o salto – da natureza para a cultura”. Conforme o referido psicanalista, a Lei – para ser respeitada – tem que ser temida. “Uma lei¹ que não seja temida – que não tenha potência de interdição e de punição – é uma lei fajuta, de fancia, impotente” (Pellegrino, 1987:168). Porém, o temor – por si só – produziria uma lei perversa, uma “lei do cão”. Avaliamos que a lei do tráfico seja desse tipo, pois é imposta aos seus membros e aos residentes. É

¹ Pellegrino ora escreve lei com o “L” em maiúsculo, ora com minúsculo. Embora Lacan faça distinção entre ambas, esse não parece ser o caso do autor citado. Apesar disso, quando nos referirmos à *Lei primordial*, adotaremos o “L” maiúsculo. Em relação às outras, usaremos minúsculo.

evidente que as pessoas inseridas no tráfico podem optar por não trabalhar no tráfico, assim como as pessoas podem mudar de bairro. No entanto, se ficarem, elas terão que obedecer.

Ainda de acordo com Pellegrino (1987), vive-se hoje uma “patologia social”, que ameaça ou até pode quebrar o *pacto edípico*, ou a Lei do Pai. E é justamente tal *pacto* que prepara e possibilita o *pacto social*, indispensável para que, assim, o sujeito possa trabalhar e amar.

Tais reflexões foram feitas pelo autor, tendo como cenário a década de 1970. Contudo, cremos que elas são válidas para explicar fenômenos atuais, como o ingresso do jovem no tráfico.

Feita essa observação, para Pellegrino (1987:204), o “surto crescente de violência e de delinqüência”, em nosso país, é o resultado dessa patologia social, a qual desrespeita o direito do trabalhador formal de receber o mínimo para a sua integridade física e psíquica, forçando-o a avaliar que é mais honrado ser um “delinqüente fora da lei” do que em nome dela.

Por conseguinte, a Lei do desejo (a que o interdita) precisa ter correlação com a lei social. Caso contrário, mesmo se tendo a primeira, ela não terá “forças” para se opor à segunda (a social), isto é, ainda que o sujeito tenha internalizado a noção de que o trabalho no tráfico é imoral, ele se envolverá com tal atividade ilícita.

2. Objetivos

Diante do exposto, analisamos como se processa, na constituição subjetiva dos adolescentes, o trabalho no tráfico de drogas.

Ao fazer tal análise, buscamos responder às seguintes indagações:

1. Como foi o ingresso nesse ofício?
2. Quais as pessoas reconhecidas por eles como modelos?
3. Em que medida tais modelos, na opinião deles próprios, contribuíram para a sua inserção no trabalho do tráfico?
4. O que mudou em suas vidas, após o envolvimento com o tráfico e como eles concebem tal trabalho?
5. Como foi a sua sina, desde quando se lembram e quais os sonhos que nutriam?

Ao responder tais questionamentos, acreditamos ter contribuído para a literatura da área, visto que – como apontamos – são poucos os estudos psicológicos existentes.

3. Método

3.1. Os sujeitos

Entrevistamos quatro jovens que se encontravam na faixa etária entre 11 e 16 anos, moradores de comunidades desfavorecidas economicamente e que trabalhavam no varejo do tráfico de drogas, em uma cidade do Sul do país.

Por se tratar de uma pesquisa que envolveu riscos contra a vida do pesquisador e a do pesquisado, informamos – e enfatizamos – aos sujeitos a respeito dos objetivos do estudo, de que a sua identidade e a localidade onde moravam seriam resguardadas. Além disso, em obediência à Resolução 196 do Conselho Nacional de Saúde, aprovada em 10/10/96, somente os inquirimos após a obtenção da assinatura do *Termo de consentimento livre e esclarecido*.

3.2. O instrumento

Pesquisas semelhantes, como a de Diógenes (1998), evidenciaram que a conversa é um dos melhores meios para obtenção de dados junto ao referido universo. Por essa razão, fizemos uso de entrevistas, as quais direcionavam a conversa em alguns aspectos e favoreciam a sua livre circulação, em outros. Afinal, o pesquisador “deve ser o facilitador de abertura, de ampliação e aprofundamento da comunicação” (Minayo, 2000:99).

Assim, por meio de entrevista e das “conversas livres”, obtivemos dados com o seguinte teor: a) motivos que os levaram a buscar o trabalho nesse ramo; b) atividades desenvolvidas, carga horária e salário; c) história de vida; d) mudanças ocorridas na sua vida e na dos familiares, depois de terem começado a trabalhar no tráfico; e) julgamento da família; f) ciência de histórias trágicas acontecidas com pessoas próximas que estavam ou não envolvidas com o tráfico; g) pessoas admiradas; e, h) sonhos e projetos de vida.

3.3. O procedimento para a coleta

1º) entramos em contato com jovens que trabalhavam no tráfico e os convidamos para participarem do nosso estudo; 2º) aproveitamos tais momentos, além disso, para oferecer todos os esclarecimentos necessários; 3º) ao aceitarem, agendamos o encontro, de acordo com a disponibilidade deles; 4º) em seguida, iniciamos as entrevistas, as quais versaram sobre aspectos que respondiam aos nossos objetivos, bem como sobre outros assuntos relacionados aos seus interesses (realizamos, em média, quatro encontros); 5º) uma vez obtidos os depoimentos, eles foram imediatamente transcritos. Agimos dessa forma, já que o uso de qualquer instrumento, como gravador, no momento das entrevistas, poderia constituir um risco para pesquisador e pesquisado.

3.4. O procedimento para a análise

Inicialmente, arrolamos em uma ficha dados relacionados à identificação dos sujeitos, tais como: nome (fictício), sexo, escolaridade, composição familiar, *renda per capita*, benefícios sociais de transferência de renda (Bolsa-Família, por exemplo), estado civil, prole e tempo de residência na comunidade.

Quanto à análise dos resultados, a fizemos, tendo por parâmetro os objetivos do estudo e o referencial teórico adotado (basicamente, as reflexões de Pellegrino, 1987).

4. Resultados

Apresentaremos aspectos da biografia de três entrevistados, aqui chamados ficticiamente de José (16 anos), Caio (16 anos) e Raul (13 anos).

4.1. Aspectos da Biografia dos Sujeitos

Principiamos com as nossas conversas/entrevistas com **José**. Ele soube, pela avó, que, quando sua mãe tinha 12 anos de idade, fora morar com aquele que veio a ser o seu pai. Dois anos depois desse episódio, ela engravidou de José. Segundo seu depoimento, nessa época, separou-se do pai dele por causa das agressões físicas a que era constantemente vítima.

Quando José tinha seis meses, sua mãe foi trabalhar fora e conheceu o atual marido, com quem se casou depois de transcorrido igual tempo. Com essa pessoa, teve mais dois filhos, permaneceu casada e se converteu ao protestantismo. Em virtude disso, mudou-se da casa dos pais. Porém, sua mãe não deixou que ela levasse José.

Provavelmente, por esse motivo, José passou a considerar a avó como sua mãe, a ponto de chamá-la assim. Quanto à mãe e aos tios, ele começou a chamá-los de irmãos. Esses “seus irmãos” sempre se envolveram com o tráfico e, especialmente um deles, que era o ídolo de José, foi morto pela polícia. Segundo suas palavras, foi a partir do assassinato desse tio que ele iniciou sua vida no tráfico. Sua intenção era a de “*vingar a morte do irmão*” [sic]².

Apesar de concordar com a vingança, sua mãe e sua avó buscaram utilizar precisamente esse episódio para que José não viesse a ingressar no tráfico e acabasse tendo o mesmo destino trágico. Apesar dos vários conselhos, todos em vão, José – com 12 anos de idade – começou a trabalhar no referido ramo.

De acordo com o entrevistado, a dinâmica familiar girava em torno de sua avó, pois, além do fato de ele morar com ela, era a “mais brava” e tinha mais saúde do que o seu avô. Desse modo, a sua educação também ficou a cargo da avó. Ele a respeitava muito, a ponto de nunca responder-lhe e de sempre buscar cumprir suas ordens. Na prática, contudo, acabava não acatando as resoluções tomadas por ela.

Ele nos contou ainda que, se o seu pai (ele se referiu ao seu pai biológico) estivesse presente, ele não teria seguido o caminho do tráfico, pois este poderia ter-lhe dado conselhos. Nesse momento, José relatou o episódio em que, quando pequeno, a avó paterna pediu à sua mãe biológica que o levasse para conhecer o seu pai. Foram apenas duas vezes, pois a nova mulher de seu pai demonstrou não gostar de sua presença em casa, além de dizer que ele era filho ilegítimo.

José começou a trabalhar no tráfico quando tinha 12 anos. Foi nessa época, inclusive, que começou a fumar maconha e ainda o fazia. Essa era a única substância entorpecente utilizada por ele e que, na sua visão, não era droga, mas um calmante.

Ele já brigou muitas vezes com gangues rivais. Apesar disso, nunca conseguiram lhe acertar um tiro. Quanto à arma de fogo, só não a portava quando ia ao *Projeto*. No nosso último contato, José estava internado pela quarta vez, por tráfico. Ele tinha sido apreendido porque estava portando 200 *balas de crack*.

Caio. Sua mãe lhe contou que ela e seu pai estavam separados quando ela engravidou dele. Na época, seu pai já tinha se casado com outra mulher; logo depois, ainda grávida, reatou seu relacionamento com o ex-marido (o padrasto), com quem ficou até ele completar 13 anos. A mãe afirmou que ele se parecia muito com seu pai biológico, o qual era jovem e muito bonito.

Caio contou que vira seu pai biológico, a pedido do próprio pai, poucas vezes. Não entrou mais em contato, porque a sua mãe não deixou. Ela dizia que a esposa de seu pai não o aceitava. Ainda, segundo o seu relato, seu pai tinha trabalho formal. No mais, não se lembrava de nada.

² Doravante, ao reproduzir a fala dos sujeitos, tal como eles falaram, não empregaremos mais a expressão “sic”.

Do padrasto, lembrou que ele fez o muro de sua casa e pintou o portão. Recordou-se de uma vez ter apanhado dele, por ter desmontado o seu rádio. Isso tudo ocorreu, quando eles já não moravam mais juntos, evidenciando que a relação foi mantida.

Ainda que tenha mantido sentimento positivo pelo padrasto, Caio nos disse que sua mãe foi quem lhe educara. Entendia que se o seu pai estivesse presente, sua educação seria diferente, pois, segundo acreditava, *“pai é mais bruto, fazia eu obedecer”*. Nesse instante, o entrevistado revelou que, para fazer seu filho obedecer-lhe, buscava *“conversar; se precisar, vou dar uns puxão de orelha”*.

Disse que seus pais não chegaram a ficar juntos, apenas se encontraram uma vez. Por “ter sofrido” com o padrasto de Caio, a mãe não quis casar-se com ele, mesmo grávida. Para ela, marido *“mais atrapalha do que ajuda [pois ele] não era muito de trabalhar”*. Com esse homem, teve quatro filhas, todas sem planejamento, pois achava que não devia engravidar, devido às dificuldades financeiras. Porém, sempre quis ter um menino e o Caio foi concebido na quinta gestação, quando já estava separada.

O filho foi preso pela primeira vez, aos 14 anos. Ao ser libertado, sua mãe decidiu levá-lo para residir com sua irmã, em uma cidade vizinha. A intenção era que ele aprendesse algum ofício atinente à vida no campo. Contudo, ele acabou voltando para a casa da mãe, depois de transcorridos dois meses, e para o tráfico de drogas.

Usava maconha desde os 12 anos, desconsiderando que isso fosse um problema, pois se sentia bem mais tranquilo. Não usava *crack*. Para ele, quem o consome *“acaba com tudo”*. Após ingressar nessa atividade, sua relação com a mãe agravou. Passaram a se desentender e a brigar, a tal ponto que moradores do bairro se afastavam quando eles se encontravam.

Caio gostaria de *“voltar a ser criança: Eu ia mudar tudo, num ia repetir os mesmo erro”*. Pensava assim porque um de seus amigos tinha sido assassinado. Diante da tragédia, ele tentou parar com a atividade; porém, por penúria financeira, acabou voltando a vender drogas.

Raul era filho do terceiro marido de sua mãe. Ela nos disse que *“sofreu”* muito com os anteriores (já falecidos), pois realizavam atividades criminosas, como roubar e matar. O pai de Raul, ao contrário, exercia trabalho legal e não sabia que a mulher era usuária de drogas, quando eles começaram o relacionamento amoroso. Quando soube, aconselhou-a a deixar o vício; porém, ela não o fez. Por causa disso, ele rompeu a relação.

Depois do nascimento de Raul, ela ainda teve mais um relacionamento. Não quis morar com esse novo rapaz, porque ali *“num pode arrumar outro [marido], porque tem que respeitar uns cara”*. Ela nos explicou que só se amasiou com o pai de Raul porque os dois ex-amásios morreram; caso contrário, não poderia, devido às regras do bairro (que explicaremos mais adiante).

Raul conseguiu sobreviver ao nascimento difícil e quase morreu novamente aos seis anos de idade, ao levar um tiro de raspão, num confronto no bairro. Depois disso, sua mãe passou a poupá-lo de algumas atividades físicas, por recomendação médica.

Ele frequentou a escola até a 3º série, mas abandonou os estudos porque se julgava muito grande de estatura, comparado aos demais alunos da sala. Disse-nos que vai aguardar completar 14 anos de idade e, então, voltará à escola, no período noturno.

Raul garantiu que não consumia drogas, sequer tomava bebida alcoólica. De acordo com a mãe, era por isso que os “patrões” gostavam dele. Quanto ao seu *hobby*, era fanático por jogo de futebol.

4.2. Primeiro Emprego e Algumas Regras do Trabalho no Tráfico

José começou buscando e entregando quantidade considerável de droga. Diferentemente da maioria dos iniciantes, que começavam no ramo como *campana* (vigia), José começou buscando 1.500 papalotes de cocaína em sua própria cidade. Depois, ele passou a buscá-la no Paraguai. Quando o entrevistamos, ele já tinha sido promovido a “gerente da boca” do seu bairro, recebendo – por uma hora de trabalho diário – cerca de oito mil reais mensais.

Esclarecemos que o “gerente” é o responsável por cuidar do estoque, recolher e repassar o dinheiro da venda da droga para o superior imediato, no caso, o patrão.

A “empresa” prestava serviço ininterruptamente. As regras para o ofício, além do cumprimento do horário, eram abordar os carros que parassem próximos deles, observar se quem estava no veículo tinha condutas suspeitas (por exemplo, as de um policial); em caso negativo, perguntar sobre o “produto” desejado e a quantidade. Além disso, requeriam aos clientes que dessem “uma volta” e retornassem depois de alguns instantes, enquanto eles iam buscar o produto, somente entregue após o pagamento previamente combinado. Outra regra era jamais dizer onde, quando e com quem tinham adquirido o produto.

Se eles não cumprissem as regras, primeiramente “*leva[va] uns tiro nas perna*”. Caso continuassem a descumpri-las, eram mortos. Era também norma o pagamento estipulado da droga, podendo vendê-la pelo valor que quisessem (eles aplicavam margem de lucro de 50%).

A idade do “contratado” não era exatamente um requisito, mas geralmente se preferiam garotos com mais de 12 anos. Entretanto, havia um de nove anos que já estava trabalhando como *campana*, tendo evidenciado “*ser bom*” para isso.

O dinheiro recebido, no caso de José, era empregado para pagar as despesas da casa. Assim, podia poupar sua avó de determinados gastos, sugerindo que ela guardasse o seu dinheiro. Ele sustentava, ainda, a família do outro tio que estava preso. Quanto ao restante do salário, ele gastava “*festando*” e comprando roupas, acessórios e presentes. Por causa disso, ele começou a adquirir o que desejava, passou a ir aos lugares que nunca tinha ido e a ser mais respeitado, não só ali na vila, mas na cidade inteira.

Os primeiros contatos de **Caio** com o tráfico de drogas se deram quando começou “*a ver como era o mundo*” (“...”) *Era massa andar com uns cara envolvido, eles eram maior e ninguém vinha mexer com a gente*”. No momento da entrevista, alguns estavam “*preso, outros morto e outros trabalhando*”. Contou também que “*esses cara ficava na rua até tarde, podia andar pra qualquer lugar*”. Foi assim, aos 14 anos, que começou seu envolvimento com a criminalidade.

Tentou, antes, ser jardineiro, porém, logo desanimou em razão de ser um “serviço pesado”. Raciocinou, no entanto, que para conseguir outra lida teria que voltar a estudar e isso demoraria muito. Como queria ter dinheiro logo, conversou com o “*pessoal*”, conseguiu drogas e começou a comercializá-las. Vendia *crack* e maconha. Revelou já ter vendido cocaína. Todavia, parou de comercializá-la em razão de ela ser cara e ser a preferida pelos policiais; portanto, havia mais risco de perdê-la, como já lhe havia acontecido.

Foi preso pela primeira vez logo no início de sua “carreira”, ainda com 14 anos (assalto e tráfico). Na segunda e na terceira vez, foi por tráfico, ficando pouco tempo privado de liberdade. Assim que saiu, voltou a vender drogas ilícitas. Ganhava em média 50 reais, por cerca de 10 horas diárias de trabalho. Isso significava que ele estava na labuta todo o horário em

que permanecia acordado. Além de vender, era ele mesmo quem produzia o *crack*. Disse que, se quisesse parar de traficar, poderia fazê-lo, uma vez que ali era ele quem mandava. Todavia, ele não tinha esse desejo. Usava seu dinheiro para comprar coisas para ele e a namorada. A sua mãe não aceitava sua ajuda. Porém, em períodos de maior precisão, acabava aceitando e “fazendo vista grossa” quanto à origem do dinheiro.

Em relação ao seu contato com as armas de fogo, Caio relatou que, certa vez, comprou um revólver calibre 38, o qual já tinha perdido para a polícia; não tendo mais arma de fogo.

Raul começou a trabalhar no tráfico porque queria dirigir carro e moto. Quando aprendeu, perdeu o interesse em continuar na referida profissão. Ele era econômico e costumava guardar seu dinheiro. Quando gastava, era com jogos de computador e DVDs, pois gostava de assistir a filmes de “troca de tiros e matando polícia”.

Sua mãe não aceitava o dinheiro dele para pagar suas despesas. Conforme suas palavras, “pra não incentivar ele, num dar o braço a torcer”. Já em relação ao dinheiro dos patrões, ela o aceitava. Tanto é que eles lhe compraram material escolar e botijão de gás. Mesmo assim, ela evitava lhes pedir favores; do contrário, eles lhe pediam para guardar drogas.

4.3. Quando Eu Crescer, Quero Ser Como Ele

Quando indagamos **José** sobre quem ele admirava, ele respondeu: “*O Bin Laden. Mó massa [super legal]. Ser terrorista, queria ser terrorista [...] Ele derrubou as torre, todo mundo viu*”. José gostaria também de ser piloto de avião. Todavia, foi reprovado muitas vezes na escola e julgou que não daria mais para voltar a estudar. Insistimos que dava, mas ele nos pareceu descrente. Disse que os outros falavam que ele era astuto – e riu.

Caio, quando mais novo, admirava um jovem do seu bairro, mais velho do que ele 10 anos: Era um “cara envolvido, eles eram maior e ninguém vinha mexer com a gente”. Foi “quando comecei a ver como era o mundo”, completou. Esse rapaz era respeitado por todos os envolvidos em atividades ilícitas. Caio sentia-se protegido por ele e o valorizava pelo fato de ele poder andar pelas ruas até tarde da noite e frequentar boates. Quando passou a andar ao seu lado, conseguiu fazer tudo o que ele fazia (como envolver-se com o crime). Esse rapaz foi assassinado pela polícia, com 25 anos, num confronto ocorrido no bairro. Antes disso, quando frequentava a escola, Caio “queria ser cientista, mas uns professor falava que tem que estudar muito, que num era fácil ser cientista, que viaja para a Lua”. Logo desistiu de seu sonho.

4.4. A Mulher no Tráfico

José nos informou que as mulheres trabalhavam “na cozinha” (local de mistura e de embalagem da droga). Notamos que as normas eram rígidas quanto a esse e a outros aspectos. Por exemplo, depois de a mulher ter se relacionado com um deles, ela não podia mais ter outro companheiro. Por sua vez, os homens podiam estabelecer novas relações afetivas. Já a mulher passava a ser vista como propriedade do ex-companheiro, mesmo ele não querendo mais se relacionar com ela. Havia também exigência de que todas as mulheres, envolvidas ou não com a indústria do tráfico, deviam propiciar os cuidados básicos aos filhos (alimentação, higiene, moradia e frequência na escola). Eles agiam assim, principalmente, porque as crianças – quando não cuidadas – ficavam circulando pelas ruas, prejudicando o comércio de drogas.

Já na comunidade de **Caio** era permitido que as mulheres traficassem. Lá, não havia restrições, pois ele morava em um bairro menos tradicional quanto aos papéis sexuais.

4.5. A Relação com os Policiais

Segundo **José**, os policiais de forças especializadas (CHOQUE, por exemplo) costumavam cobrar, diariamente, dinheiro deles. Tal “acordo” possibilitava que as relações entre eles e a polícia fossem menos conflituosas. Apesar disso, quando outros militares resolviam ir ao bairro, invadiam as casas, procurando acusados, drogas e/ou armas de fogo. Nessas ocasiões, costumava ocorrer troca de tiros. E o resultado, quase sempre, era a humilhação de moradores e/ou a prisão. Em dada ocasião, inclusive, os policiais pararam em frente à casa de sua avó, abriram a porta traseira do camburão, onde José estava, e dirigindo-se a ela, disseram: “*Aí, ó, desta vez estamos levando o lixo. Esse verme vai preso*”.

Caio também teve vários problemas com os policiais. Certa vez, os moradores abordados foram obrigados a voltar para as suas casas de meias, carregando os tênis (e, enquanto isso, tais agentes ficaram a dar gargalhada). A propósito: há menos de uma semana dessa conversa, um amigo seu, “*de infância e de cadeia*”, tinha sido assassinado pelos policiais. Estes divulgaram que o garoto trocara tiros com eles. Caio alegou, porém, que era inverdade. Para ele, os policiais atiraram e o mataram, depois pegaram sua arma com um “*paninho*”, puseram-na em sua mão, com o seu dedo no gatilho e dispararam. Segundo acredita, seu amigo não iria atirar, pois estava só e, dessa forma, eles não costumavam enfrentar a polícia.

Caio achava injustos os conflitos entre os policiais e os operários do tráfico. Para ele, os primeiros utilizavam coletes e metralhadoras que chegavam a ser “*maior que um braço*”, enquanto eles não tinham os mesmos apetrechos para se defenderem. Ele nos explicou, ainda, que era constante a violência sofrida em decorrência da ação da polícia: “*quando eles tão em mais de quatro, falam: vocês é tudo cuzão. Pega os seus cano, vamos trocar [tiro].?*” E, ainda: “*Se vocês colocar uma filmadora aqui, vocês pega tudo. É bom vocês saber memo, as assistente social saber que num é como elas fala*”. Quando indagado sobre a possibilidade de denúncia, Caio respondeu: “*E quem vai acreditar num povo de favela e não na polícia?*”

Caio narrou ainda uma ocasião em que perdeu sua droga (cocaína) para os policiais, o que o fez desistir de vendê-la. O policial girava o saquinho com a droga e dizia, com ironia: “*Perdeu ‘PC’ [os papalotes de cocaína]*”. Ainda mais: segundo ele, os policiais iam até a favela “*todos cheirado, pra enquadrar nós*”, ou seja, usavam cocaína e ia lá provocá-los. Nesse instante, Caio falou sobre as leis do Brasil: “*Ah, num funciona nada, policial corrupto, atrás deles tem o governo. A maioria do policial num cumpre as lei, acha droga e leva pra eles memo*”.

A mãe de **Raul** se referiu, reiteradas vezes, aos riscos da “troca de tiros” como forma de afastar o filho do tráfico. Disse que agora ele estava querendo parar de trabalhar no ramo. Ela garantiu que ele nunca sofreu violência, nem extorsão policial, mas em conflito entre bairros rivais, levou um tiro (sem consequências graves).

5. Análises e Conclusões

As famílias de baixa renda, em nosso país, se encontram em situação de desamparo pelas políticas públicas, a despeito de várias delas receberem benefícios de transferência de renda. Isso ocorre porque tal aspecto é insuficiente para elas se sentirem incluídas na sociedade, ou seja, tenham acesso efetivo aos seus direitos. Em outros termos, tais políticas deveriam representar o *pai simbólico* (o representante da lei). No entanto, observamos situação oposta.

Feito este preâmbulo, notamos que os três jovens têm em comum vários aspectos.

Em primeiro lugar, o fato de o pai biológico de nenhum deles estar presente; aspecto que, no entanto, como dissertaremos adiante, não trouxe obstáculos à constituição da “função paterna”. Em segundo, eles acabaram crescendo em famílias “matriarcais”, levando, em consequência, a força familiar a se concentrar nas avós e nas mães.

Segundo Dor (1991), são os significantes atribuídos ao pai que exercem a *função paterna*, o que *não necessita da presença física dos pais*, mas do valor outorgado a ele na palavra da mãe. Nesse sentido, seus pais da realidade foram pouco valorizados e, portanto, destituídos do lugar de autoridade, afastando-os de serem representantes da *função paterna*.

Apesar disso, eles foram referências como *pais imaginários*, pois José e Caio pretendiam educar seus respectivos filhos, para serem pessoas honestas, como foi o seu “pai real”; Raul daria mais atenção ao filho, como o padrasto lhe deu.

Ainda quanto ao *pai imaginário*, ressaltamos as tentativas dos jovens de reconhecê-lo também como *pai simbólico*. Na fantasia deles, seus pais seriam capazes de refazer o destino deles, por meio de conselhos ou por outros caminhos (geralmente, de cunho autoritário).

Apesar disso, o *pai simbólico* nos pareceu ter marcado presença, por meio da palavra das mães. Com isso, observamos sinais de que eles tiveram *função paterna* exercida pela mãe. Na adolescência, isso se comprovou, porque eles seguiram as regras impostas por seu ofício (não delatar, respeitar os horários, as formas de negociação e o pagamento das drogas). Além disso, construíram outros valores da nossa cultura (regras de alimentação, de vestimenta e de conversar). Tal *pai simbólico*, portanto, foi sustentado na adolescência.

Já José desobedeceu à palavra da avó (sobre não se envolver com o tráfico), ainda que tivesse obedecido aos seus “não ditos” (como toda a sua família, envolveu-se nesse ramo). Quanto a Raul, sua mãe empregou – em vão – os conflitos no bairro para que ele não se envolvesse com a criminalidade. Não obstante, ela própria estava envolvida, pois era usuária de *crack* e pedia ajuda aos traficantes. Dessa forma, quem exerceu a função materna, apontava-lhes, desde muito cedo, o caminho do crime como possibilidade de trajetória de vida.

O sistema educativo formal também contribuiu para o ingresso de tais jovens no tráfico. Por exemplo, nos casos de José e Caio, foi pronunciado que – por meio dos estudos – eles não realizariam seus sonhos, pois eram incapazes. A esse respeito, Laznik-Penot (1997) enfatiza o valor da ilusão antecipadora no desenvolvimento infantil. E os docentes, nesse caso, lhes indicaram uma “desilusão antecipadora”, que encontrou ancoragem no social, qual seja: que poderão até obter status social e financeiro, mas não por meio dos estudos formais.

Quanto às regras do tráfico, eles as respeitavam por temor e por terem ganhos secundários (prestígio e dinheiro). Pode parecer que eles agiam diferentemente dos cidadãos considerados “de bem”. Porém, o “não dito” pela nossa sociedade é o desrespeito e o “levar vantagem em tudo”; é ter uma atitude predatória, como afirmou Pellegrino (1987). E os sujeitos já tinham percebido isso há muito tempo.

As famílias, nesse sentido, se reinventaram, a distância do modelo padrão da família burguesa tradicional. No caso de José, a mãe foi colocada ora numa ordem fraterna, ora em uma de filiação. Em relação ao Caio, a história se deu com uma irmã mais velha, que confiou duas filhas aos cuidados de sua mãe. Tal situação também sucedeu com a mãe de Raul, que cuidava de um neto para a filha. Vê-se, então, que as mães acabaram entregando seus filhos para as avós, que aceitaram a incumbência de criá-los.

Constatamos, ainda, uma função importante realizada pelos traficantes: José e Raul envolveram-se diretamente no tráfico e Caio começou a andar com quem era temido pelos residentes. Tais aspectos criaram condição favorável para que eles se sentissem seguros e reconhecidos pelos outros. Com essa conjuntura, eles encontraram alívio. No caso de José, até mesmo “conforto” para o seu sofrimento de ter perdido o tio, assassinado pelos policiais. Descobriram também pessoas que acreditaram no potencial deles. Conforme assevera Midlej (2005), nessa fase da vida, o jovem precisa revalidar sua própria imagem e, para tanto, necessita de confirmação no olhar do outro. Assim, trabalhar no tráfico nos pareceu semelhante a um rito de passagem, pois reconstruíram um lugar de sujeito. Trouxe-lhes o sentimento de pertença, porque lhes foi oferecida atenção, palavras e olhares que confirmaram simbolicamente suas capacidades amorosas, econômicas e sociais.

Salientamos que tais “apostas” neles aconteceram ali (lugar visto como antro de barbárie), em detrimento da escola e do mercado de trabalho formal – que só sinalizaram a incapacidade de eles concretizarem seus sonhos: José queria ser piloto de avião, Caio queria ser cientista. Ambos desistiram de seus sonhos já que foram desacreditados como pessoas que pudessem estudar muito. Constata-se, portanto, o quanto as famílias populares são vistas pela sociedade como o refugio humano (Bauman, 2005).

Entretanto, se, por um lado, a ideia de mobilidade social não pode ser obtida por meio da escola, porque essa noção sempre foi, segundo Freitag (1980), uma ideologia imposta pela classe social dominante, por outro, no mundo do tráfico ocorreu o inverso. Nossos entrevistados passaram a viver experiências significativas. Afinal, era nesse universo que eles possuíam reconhecimento social e status financeiro. É certo que eles estão sujeitos a maiores riscos de morte, muito mais do que se estivessem frequentando a escola. Porém, julgamos que tal discurso é apenas ideologia. Afinal, na sociedade atual, quem é que vive por muito tempo e com qualidade?

Evidentemente, nossos jovens se apropriaram do funcionamento social. Eles são imediatistas e escolheram o “caminho mais curto” oferecido pelo seu contexto de vida para atingir seus objetivos. E a cultura atual assinala ser essa a dinâmica mais apropriada, já que “tempo é dinheiro”; logo, tudo deve ser satisfeito instantaneamente. Para Gurfinkel (1995:77), com isso, se busca evitar “as mediações impostas pelo princípio da realidade”. No entanto, no tráfico também se demora a obter o desejado. Acontece que, nesse ramo, as possibilidades de, por exemplo, ser “gerente de boca” – e, assim, ter *status* financeiro e social – são palpáveis (e não mera ideologia). Nota-se, desse modo, que todos querem satisfazer as demandas imediatamente. Contudo, os operários do tráfico adiam a satisfação, ao passo que os nossos jovens – e nós mesmos – “normais” e “bem colocados socialmente”, não conseguem lidar com essa ideia do adiamento.

Quanto aos modelos, no caso de José, a identificação se deu com o irmão (tio), o “patrão” e o terrorista Bin Laden. Caio e Raul admiravam aqueles que ficavam até tarde da hora na rua, frequentavam bares e boates, guiavam carro e moto em alta velocidade, fazendo barulho.

Alguns leitores poderão objetar: eles, apesar de somente venderem o produto, também acabavam incitando aqueles que queriam deixar de consumir drogas a permanecerem no vício. Realmente, tal raciocínio procede e é semelhante ao adotado por todo o mercado. Tanto que o seu *slogan* principal é “*a propaganda é alma do negócio*”.

Outra questão é a influência da mídia, na construção da *psique* de tais jovens. Ela conseguiu capturar a precária falta de referências ou a busca de outras julgadas pertencentes ao

mundo *underground* (Calligaris, 2000). A esse respeito, por exemplo, José lembrou que Bin Laden apareceu na televisão, mesmo estando foragido da polícia.

Como cidadãos que vivem na *sociedade do espetáculo*, nossos jovens também desejavam ser valorizados e o caminho que encontraram para “terem audiência”, foi o do crime, assim como os seus ídolos. A máxima sugerida por Feuerbach (1841, citado por Debord, 1997, p. 13), de um “tempo que prefere a imagem à coisa, a cópia ao original”, é emblemática a esse respeito.

Quanto aos lugares ofertados pela família, José “veio para vingar” o tio. Caio estava sendo esperado desde a primeira gestação, pois tanto para a sua mãe quanto para seu padrasto, ter um filho homem era vital. Por conseguinte, ambos receberam legados de peso na e da família.

A propósito, conforme ressalta Rodolfo (1990), vê-se, com o percurso de Caio, o quanto é importante conhecer a pré-história dos jovens. Somente assim se entende o lugar que eles ocupam hoje. Dessa forma, é difícil para eles mudarem sua forma de viver, pois, para tanto, teriam que abdicar de um lugar que têm na família, além da pertença a um grupo.

Observamos que, sob a perspectiva de José e de Raul, a lei do tráfico era a das suas famílias e da comunidade; portanto, para a formação de suas identidades, eles teriam que “passar” pelo ritual de inclusão nesse ramo, bem como fazer parte do grupo de traficantes.

Segundo Freud (1930/1996:104), a civilização é “construída sobre a renúncia ao instinto”, onde não mais impera a lei do mais forte. O passo decisivo da civilização, para isso, foi a substituição do poder do sujeito pelo da comunidade. Este parece ser o caso dos jovens inquiridos. A comunidade onde José e Raul viviam e eles próprios eram civilizados. Todavia, poder-se-ia questionar tal ideia, porque eles agem alicerçados em acordos informais. Dessa forma, indagamos: eles internalizaram a Lei primordial? Cremos que sim! Afinal, esses jovens aprenderam a conviver socialmente – no sentido de respeitar algumas regras, abdicar e/ou adiar alguns sonhos em nome do respeito à lei (informal, é evidente, mas concreta). Claro está que é uma lei autoritária. Apesar desse caráter, com ela os jovens conseguem atualizar algo da *função paterna*. É uma lei reconhecida pelas suas famílias e que ali funciona; portanto, não é fajuta, diferente das societárias que são desrespeitadas.

Aliás, são as leis formais que tornam esses jovens as maiores vítimas, pois os dispositivos sociais não os protege (assistência social, educação, saúde, renda, entre outras). Vê-se, por conseguinte, que os maiores confrontos não são com policiais e/ou com grupos rivais, mas com as leis da sociedade formal. São elas que vitimizam os jovens, especialmente aqueles pertencentes à população de baixa renda. Por exemplo, com eles não funcionou quase nada do que está enunciado no ECA (Brasil, 2003), a não ser a privação de liberdade. Por exemplo, o Capítulo I, artigo 7º, diz: “a criança e o adolescente têm direito a proteção à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência”.

Pode-se dizer que os sujeitos tinham condições dignas de vida? Tais políticas estão permitindo que eles se desenvolvam integralmente? Eles estão sendo protegidos?

Segundo Pellegrino (1987), para uma lei ser respeitada ela tem que ser temida. E nossas leis não funcionam para garantir os direitos da maioria das pessoas nem para cobrar os deveres de certas minorias que detêm a maior parte da renda que circula em nosso país. Daí a fala dos jovens quando praticam algum ato ilícito: “*não dá em nada*”.

Consideramos que esse raciocínio não se aplica a todas as leis, pois tais jovens receiam as informais e, como consequência, eles temem essas leis e as respeitam, mais do que nós às

formais. Logo, é um engodo o discurso que considera o jovem trabalhador do tráfico um avesso às leis. O que ele não faz é respeitar as formais, já que estas, em sua maioria, não fazem sentido para ele.

Mais ainda: suas leis funcionam com a conviência do poder público. Por exemplo, os policiais que trocam o combate ao tráfico por propina e os “patrões” que fazem aquilo que deveria ser desempenhado pelo poder público. A esse respeito, o bandido gentil, sedutor e sociável que o traficante representa, influencia mais os jovens hoje do que o policial, o docente ou o político; outrora, modelos de autoridade (Peralva, 2000).

Desse modo, vê-se que a mesma sociedade, que considera inadequadas e impróprias essas condutas, estimula sua prática, contribuindo para que esses jovens não obedeçam à lei formal.

Em decorrência, as atitudes dos jovens atuantes no tráfico podem ser compreendidas como formas de lutar contra a opressão social em que vivem. Eles foram excluídos pela mesma sociedade que associou a pobreza à vadiagem e à criminalidade nos séculos XVIII e XIX (Roure, 1996), e que hoje se alimenta da concepção do jovem pobre, marginal, drogado e violento.

Entretanto, não podemos nos esquecer de que tais jovens são frutos dessa sociedade, uma vez que eles idealizaram a nossa forma de ser e de viver, conforme sublinha Calligaris (2000). Afinal, são filhos do *capitalismo* imperante, cujo apelo ao consumo afirma que todos podem e devem adquirir objetos e bens. Todavia, se eles podem, por que são excluídos?

Como vemos, apesar de perceber-se excluído, José notava a influência que tinha sobre outros jovens. Ele tinha clareza de que conquistou *status* com o seu trabalho no tráfico, pois graças a esse ofício foi aceito e inserido na cultura local e na sociedade de consumo. Verificou-se, ainda, que seus pares e até algumas autoridades legais não respeitavam a legislação e nem por isso foram destituídos de reconhecimento social. Nesse sentido, vê-se novamente que o operário do tráfico não se coloca de maneira contrária à vida na sociedade. Talvez, sejamos nós os “fora-da-lei” ou muito mais semelhantes a ele do que imaginamos.

Em outros termos, pessoas pertencentes à população de baixa renda, excluídas do trabalho formal, estão conseguindo melhorar economicamente sem precisar contestar a ordem social (não saíram do lugar de excluídas), além de estas e o poder público – mediante o tráfico – ficarem satisfeitos com o pacto implícito.

Concluimos que o tráfico de drogas, apesar de suas consequências poderem ser violentas e de colocar os operários adolescentes em constante risco de morte, faz algumas funções importantes para a sua constituição subjetiva. Ele – o tráfico – se ofereceu como um substituto da função paterna, acenando com a possibilidade de uma re-inscrição fálica, pois é um significativo, um reconhecimento de filiação. Todavia, não podemos deixar de assinalar que ele usurpa o lugar de *pai simbólico*.

Nesse sentido, não é a ausência do pai biológico e/ou de um modelo de família nuclear burguesa que contribui para a inserção dos jovens no mundo do tráfico. Vimos que a *função materna e a paterna* podem ser constituídas em outros lugares, como em torno do tráfico.

Outro fato é que esses jovens passam a ter mobilidade social e *status* – antes vetados, devido às condições econômicas e sociais em que suas famílias viviam. E, por essa razão, segundo observa Peralva (2000), a conquista de poder por meio da prática de ações julgadas ilícitas diminui a diferença entre pobres e ricos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Bauman, Zigmunt. (2005). *Vidas desperdiçadas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Brasil (2003). *Estatuto da criança e do adolescente*. São Paulo: Saraiva.
- Calligaris, Contardo. (2000). *A adolescência*. São Paulo: Publifolha.
- Cruz Neto, Otávio. (2001). *Nem soldados. Nem inocentes: Juventude e tráfico de drogas no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Fiocruz.
- Debord, Guy. (1997). *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto.
- Dor, Joel. (1991). *O pai e sua função em psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Diógenes, Glória. (1998). *Cartografias da cultura e da violência*. São Paulo: Annablume.
- Feffermann, Marisa. (2006). *Vidas arriscadas: O cotidiano dos jovens trabalhadores do tráfico*. Petrópolis: Vozes.
- Freitag, Bárbara. (1980). *Escola, estado & sociedade*. São Paulo: Moraes.
- Freud, Sigmund. (1996) O mal-estar na civilização. In: ID. *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (pp. 67-148). Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1930).
- Guimarães, A Ana Lúcia Cleolotto (2005). *Tráfico de drogas: Percepções e concepções de seus agentes na cidade de Ribeirão Preto*. Dissertação de Mestrado, Departamento de Filosofia e Educação. Ribeirão Preto: Universidade de São Paulo.
- Gurfinkel, Décio. (1995). *A pulsão e seu objeto-droga. Estudo psicanalítico sobre a toxicomania*. Rio de Janeiro: Vozes.
- Infante, Deise. (1999). O outro do bebê: as vicissitudes do tornar-se sujeito. Em Rohenkohl, C. M. F.(Org.). *A clínica com o bebê* (pp. 93-101). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Lacan, Jacques. (1998) *O Seminário, livro 11: Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise* (1964). Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Original publicado em 1964).
- Laznik-Penot, Marie Christine. (1997). Poderíamos pensar numa prevenção da síndrome autística? Em Wanderley, D. B. (Org.). *Palavras em torno do berço: Intervenções precoces bebê e família* (pp. 35-40). Salvador: Ágalma.
- Midlej, Eliana H. (2005). Adolescência, o que vem a ser? Um vir-a-ser? *Textura: Revista de Psicanálise*, 5(5), 12-15.
- Minayo, Maria Ceília de Souza (2000). *Desafio do conhecimento: Pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo: Hucitec.
- Pellegrino, Hélio. (1987). Pacto edípico e pacto social. Em PY, L. A. *Grupo sobre grupo* (pp. 195-205). Rio de Janeiro: Rocco.
- Peralva, Anna (2000). *Violência e democracia: O paradoxo brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Rassial, Jean- Jacques (1999). *O adolescente e o psicanalista*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud.
- Rodulfo, Ricardo (1990). *O brincar e o significante: Um estudo psicanalítico sobre a constituição precoce*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Roure, G. Q. (1996). *Vidas silenciadas*. São Paulo: Ed.da UNICAMP.
- Souza e Silva, Jailson de (2006). *Caminhada de crianças, adolescentes e jovens na rede do tráfico de drogas no varejo do Rio de Janeiro, 2004-2006*. Pesquisa do Programa “Rotas

de Fuga”: ações integradas para crianças e jovens inseridos na rede social do tráfico de drogas e seus familiares. Rio de Janeiro: Observatório das Favelas.

Souza, Namara de (2005). *Cartografias das práticas de atenção aos transtornos decorrentes do uso de álcool e outras drogas em territórios sociais de risco*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Ciências e Letras, Assis (SP): Universidade Estadual Paulista.

Toledo, George Wilton (2006). *Delinqüência juvenil no Estado de São Paulo: Características, evolução e tendências observadas entre os anos de 1950, 1960, 1979, 1985, 1995, 2000, 2001 e 2002*. Dissertação de Mestrado, Departamento de Psicologia. Ribeirão Preto: Universidade de São Paulo.

Violante, Maria Lucia V. (1982). *O dilema do decente malandro*. São Paulo: Cortez.

• Recebido em 06/10/2010.

• Revisado em 04/03/2011.

• Aceito em 02/04/2011.